

Maio/2026

Pesquisa de Vitimização ES (Módulo III)

A Percepção da Confiança e
Avaliação da Atuação das
Instituições de Segurança
Pública no Espírito Santo

INSTITUTO JONES
DOS SANTOS NEVES

iJSN

GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Economia
e Planejamento

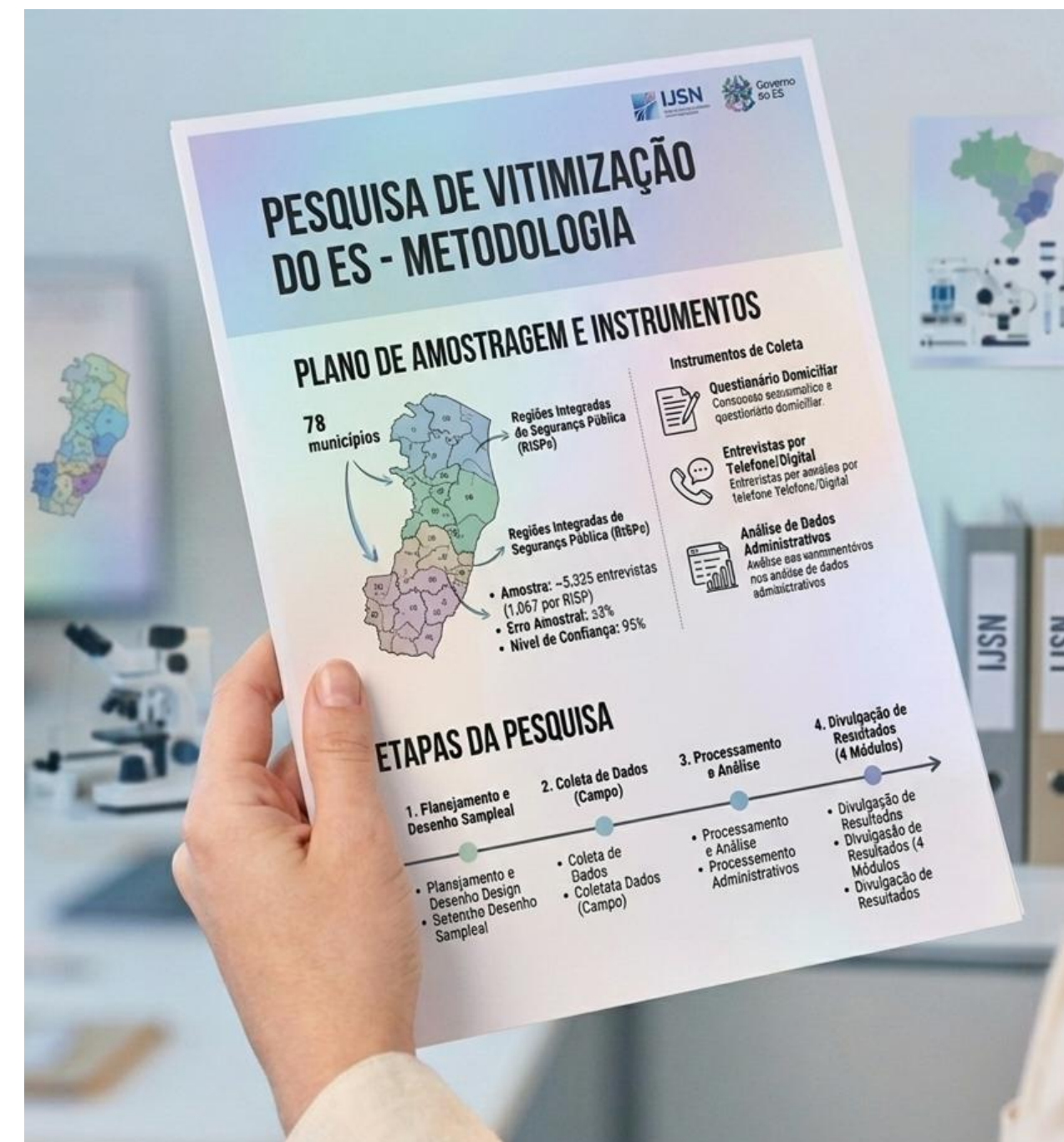


Foto: SESP/Governo do Estado.

Introdução

A Pesquisa de Vitimização do Espírito Santo será apresentada em 4 edições do IJSN Especial, como parte das ações dos 50 anos do Instituto (cada uma representa um objetivo principal do estudo):

1. Percepção de Risco, Sensação de Segurança e Vitimização;
2. Perfil das Vítimas (comportamento, estilo de vida);
3. Confiança nas Instituições de Segurança (e avaliação da atuação); &
4. Prevalência da Vitimização (nos diferentes tipos criminais).



Metodologia

- Realização de entrevistas presenciais, face a face, em todo o Estado do Espírito Santo.
- Os 78 municípios capixabas foram agrupados por Regiões Integradas de Segurança Pública (RISPs).
- Amostra probabilística, as RISPs estratificadas possuem erro amostral de três pontos percentuais, intervalo de confiança de 95%, sendo 1.067 entrevistas para cada RISP e 5.335 entrevistas no total.



Justificativa

- Em uma sociedade democrática, que supõe o exercício do controle social, a opinião dos cidadãos é um importante elemento do processo de avaliação das políticas públicas.
- As pesquisas que captam as percepções em relação à polícia podem ser instrumentos valiosos para aprimorar o seu relacionamento com a sociedade, aumentando a *accountability* da organização, sendo essencial para aprimorar o atendimento, por meio da criação de políticas com maior suporte público (Tyler, 2001; MJSP, 2017).
- Esses estudos são relevantes porque podem ser utilizados como *proxy* do desempenho de policiais e de seus serviços, da qualidade de sua interação com as comunidades, bem como ajudar os gestores a ordenarem prioridades, a partir das avaliações dos programas de policiamento (Oliveira Junior, 2011).
- Em síntese, acredita-se que a incorporação da percepção dos residentes nos processos de monitoramento e avaliação do trabalho policial é essencial para a efetivação de uma segurança pública que seja de fato cidadã.

Justificativa

Em específico, **conhecer os níveis de confiança** dos cidadãos nas forças de segurança pública se faz importante por pelo menos três razões:

1. A confiança condiciona a disposição dos cidadãos em seguir orientações policiais e respeitar a lei.
2. Baixos níveis de confiança nas polícias estão correlacionados a altas taxas de subnotificação criminal, implicando em um fluxo reduzido de informação dos residentes aos policiais.

Sem informação não é possível compreender o contexto em que se atua, o que compromete o planejamento das intervenções e, logo, o alcance dos objetivos almejados.

3. A baixa confiança nas polícias pode fazer com que, no limite, elas parem de ser chamadas em várias situações e que a opção pela resolução privada de conflitos, com atos ilegais e violentos, se torne comum, agravando o quadro geral de insegurança (Rolim; Hermann, 2018).

Contextualização

- A melhor forma de se medir a confiança dos cidadãos nas polícias é por meio de estudos tipo *survey*, sendo que, tradicionalmente, as pesquisas de vitimização no Reino Unido e nos Estados Unidos contaram com perguntas sobre esse tema.
- No Brasil, porém, não se firmou uma tradição de acompanhamento e medição da confiança da população nas polícias e os estudos específicos são escassos. De qualquer modo, algumas das poucas pesquisas de vitimização já realizadas no país incluíram questões a respeito da atuação das polícias (Rolim; Hermann, 2018).
- No entanto, os índices levantados por essas pesquisas são diferentes devido à natureza distinta de cada uma. Infelizmente, inexistem um padrão para perguntas ou uma mesma metodologia, o que dificulta a comparação dos dados.
- Apesar das diferenças, é possível identificar tendências ao se comparar os países, regiões ou estados (Silva; Beato, 2013).

No Brasil e em outros países da América Latina, marcados por longos períodos recentes de autoritarismo, a desconfiança popular com relação às organizações policiais é bastante recorrente.

Levantamento realizado entre 2005 e 2008 pelo *World Values Survey* (WVS) demonstrou que, entre 47 países analisados, o Brasil é o trigésimo quarto em nível de confiança na polícia. Enquanto nos três países com maior grau de confiança, mais de 90% dos cidadãos tendem a confiar na polícia, no Brasil, esse percentual é de apenas 44,9% (Silva; Beato, 2013).

Panorama da confiança nas polícias a partir de diferentes estudos

Estudo	Ano	Localidade	Instituição	Pessoas que possuem algum nível de confiança* (%)	Pessoas que não confiam (%)
Sistema de Indicadores de Percepções Sociais do Serviços Público (SIPS)	2010	Brasil	Polícia Militar	73,30%	27,70%
Sistema de Indicadores de Percepções Sociais do Serviços Público (SIPS)	2010	Brasil	Polícia Civil	74,10%	25,90%
Pesquisa Nacional de Vitimização (PNV)	2012	Brasil	Polícia Militar	77,6%	22,03%
Pesquisa Nacional de Vitimização (PNV)	2012	Brasil	Polícia Civil	79,15%	20,70%
Pesquisa Nacional de Vitimização (PNV)	2012	Espírito Santo	Polícia Militar	78,5%	21,00%
Pesquisa Nacional de Vitimização (PNV)	2012	Espírito Santo	Polícia Civil	78,90%	20,80%
Pesquisa Nacional de Vitimização (PNV)	2012	Amazonas	Polícia Militar	61,80%	38,20%
Pesquisa Nacional de Vitimização (PNV)	2012	Amazonas	Polícia Civil	64,90%	34,90%
Pesquisa Nacional de Vitimização (PNV)	2012	Minas Gerais	Polícia Militar	83,60%	16,20%
Pesquisa Nacional de Vitimização (PNV)	2012	Minas Gerais	Polícia Civil	81,70%	18,00%
Pesquisa de Vitimização Espírito Santo (PV-ES)	2024	Espírito Santo	Polícia Militar	83,50%	12,70%
Pesquisa de Vitimização Espírito Santo (PV-ES)	2024	Espírito Santo	Polícia Civil	78,60%	12,80%

A categoria “**algum nível de confiança**” agrega diferentes intensidades de confiança. Porém, em todos os estudos apresentados, **a maioria das respostas se concentra em categorias que indicam pouca confiança.**

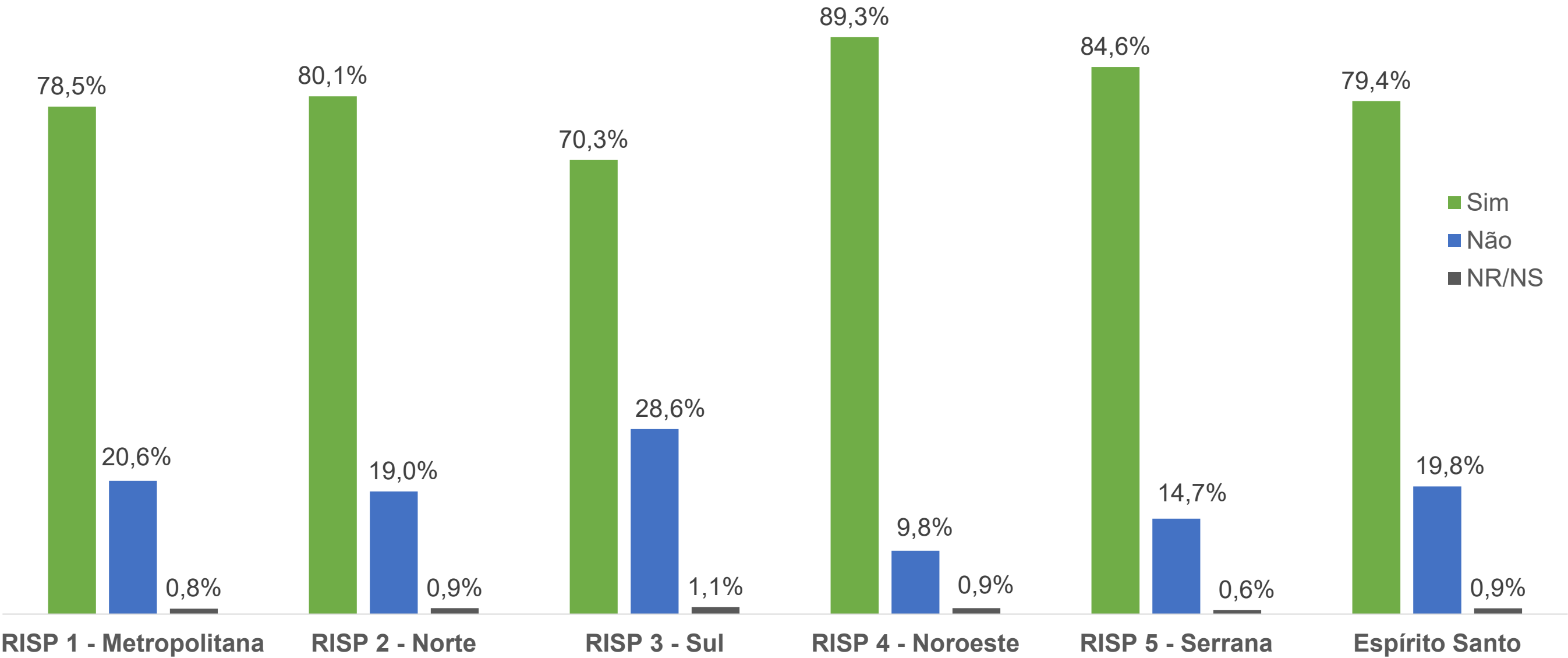
No SIPS (2010), o maior percentual foi "confia pouco" (43% na PM e 44% na PC). Na PNV (2012 - Brasil), o "confia um pouco" atingiu cerca de 60% para ambas as polícias. Na PV-ES (2024), a tendência se repete: 44,1% (PM) e 39,5% (PC).

Para fins comparativos, o quadro incluiu dados da PNV (2012) de outros dois estados brasileiros. Em específico, o Amazonas foi selecionado por apresentar um dos desempenhos mais críticos do país. Em contraste, Minas Gerais figurava como o estado de melhor desempenho nacional. Neste contexto, o Espírito Santo se posicionava em um patamar intermediário, com percentuais que se alinhavam à média nacional da época.

Fontes: Ipea (2011); MJSP (2017); Pesquisa de Vitimização Espírito Santo (2024). Elaboração própria.

* Categoria que agrega diferentes intensidades de confiança, desde a plena até níveis mais moderados ou fracos.

Percepção sobre a presença de POLICIAIS MILITARES atuando no bairro (%) – RISPs* e ES

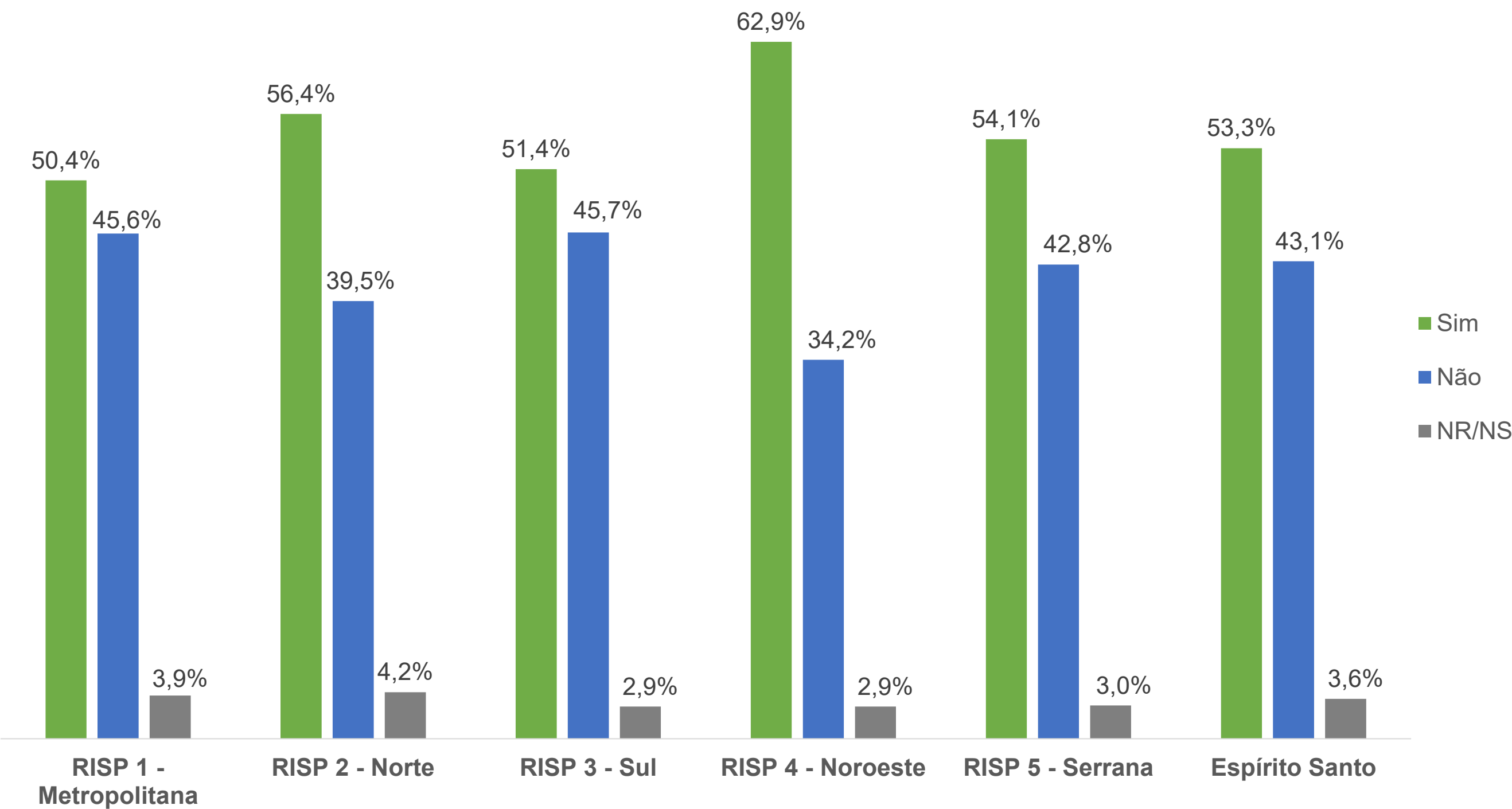


A **Polícia Militar** é a força de segurança pública com maior visibilidade social no Espírito Santo, tendo a sua presença percebida por **79,4%** da população em seus locais de moradia.

Fonte: Pesquisa de Vitimização Espírito Santo 2024. Elaboração própria.

*As RISPs (Regiões Integradas de Segurança Pública) são divisões territoriais que agrupam os 78 municípios capixabas em cinco áreas, as quais representam as diferentes regiões do estado (Metropolitana, Norte, Sul, Noroeste e Serrana) com o objetivo de integrar a gestão da segurança pública.

Percepção sobre a presença de POLICIAIS CIVIS atuando no bairro (%) – RISPs e ES

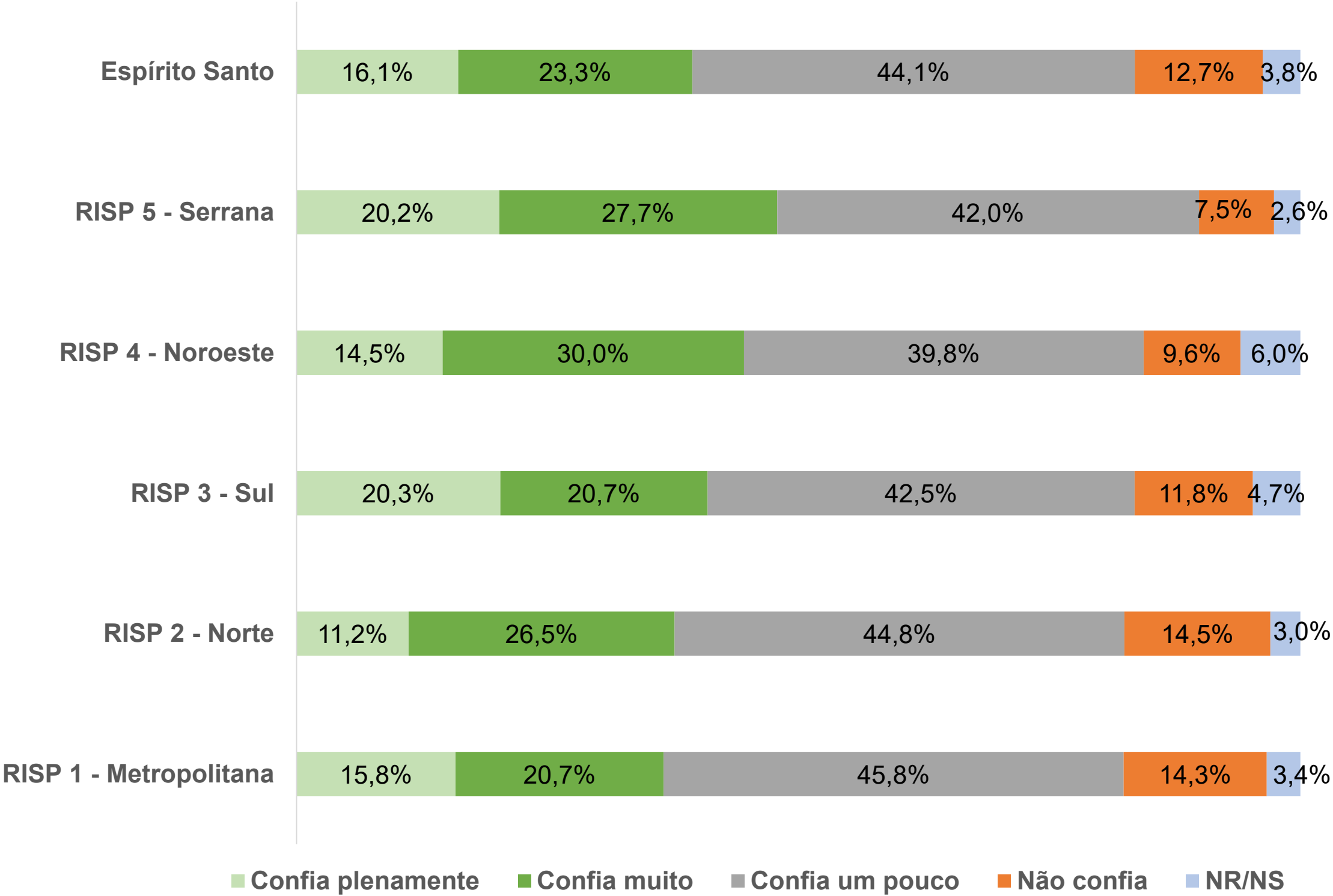


O percentual de 53,3% de reconhecimento, no estado como um todo, reflete a atuação da Polícia Civil como polícia judiciária.

Por focar em investigação, sua presença não é muito percebida no cotidiano do bairro.

Fonte: Pesquisa de Vitimização Espírito Santo 2024. Elaboração própria.

Nível de confiança na atuação da POLÍCIA MILITAR no bairro (%) – RISPs e ES



No Espírito Santo, a Polícia Militar apresenta um nível de **confiança positiva (confia plenamente e muito)** de 39,4%.

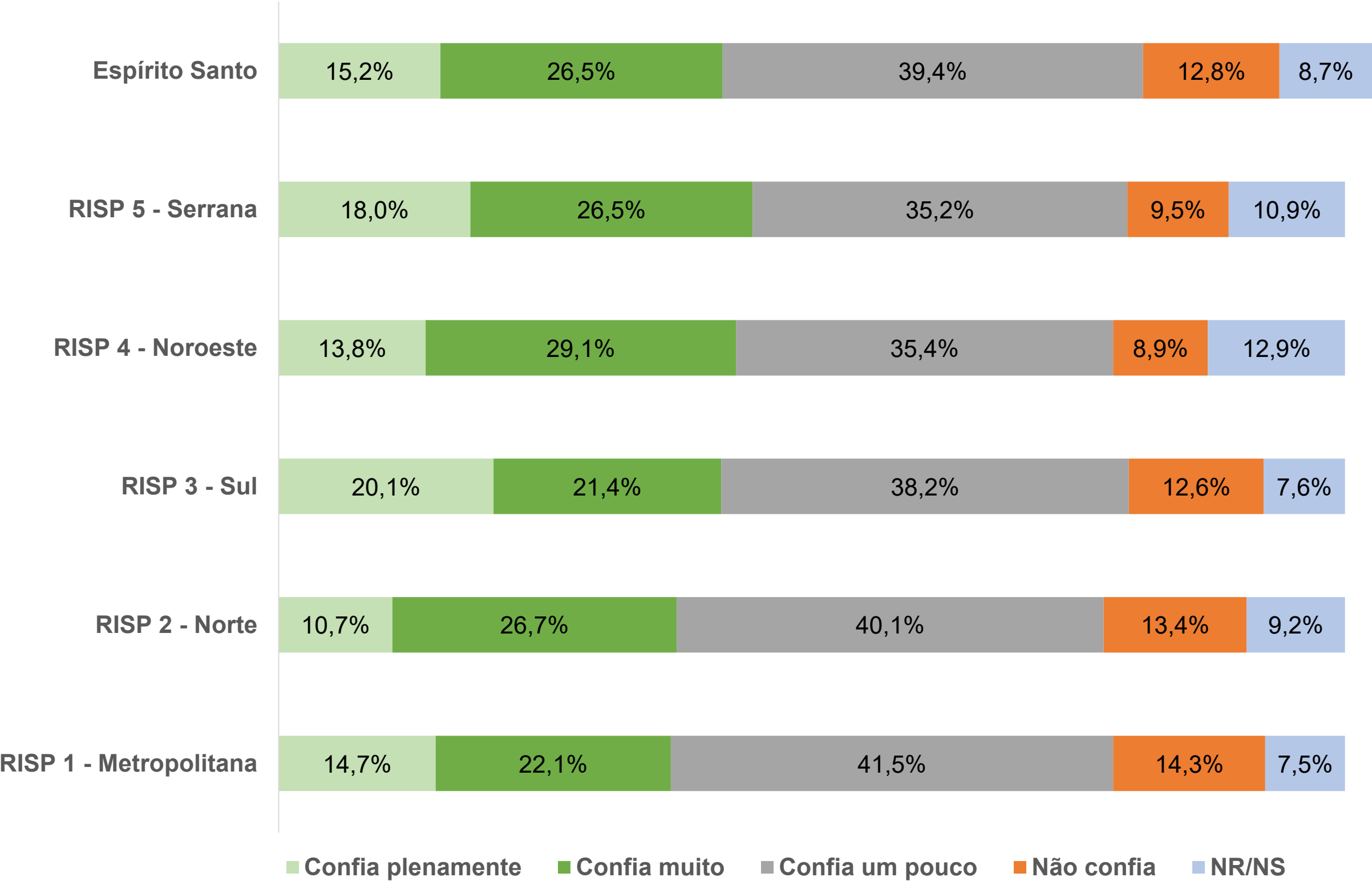
O maior nível de confiança positiva é encontrado na Região Integrada de Segurança Pública (RISP) Serrana (47,9%), ao passo que o menor é identificado na RISP Metropolitana (36,6%).

Nota-se que 12,7% da população do estado afirma não confiar na atuação da Polícia Militar em seus locais de moradia.

A confiança nas polícias é impactada pelas percepções que os cidadãos constroem a respeito de seus níveis de eficiência e eficácia, sobretudo no que diz respeito à sua capacidade de controle do crime e da violência (Silva; Beato, 2013).

Fonte: Pesquisa de Vitimização Espírito Santo 2024. Elaboração própria.

Nível de confiança na atuação da POLÍCIA CIVIL no bairro (%) – RISPs e ES



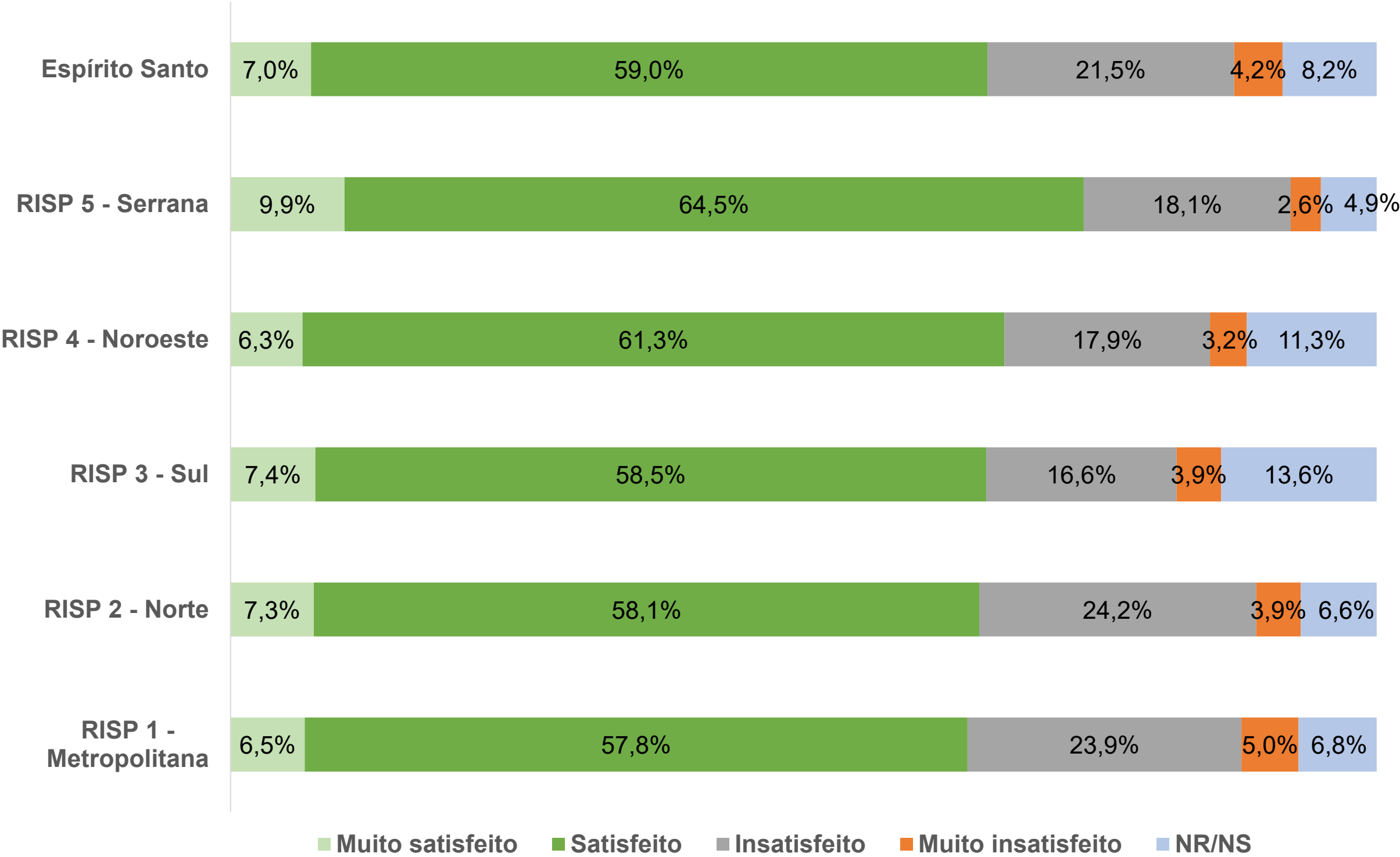
Considerando o estado como um todo, o nível de confiança positiva (plenamente e muito) na atuação da Polícia Civil é de 41,6%.

O maior nível de confiança positiva foi registrado na RISP Serrana (44,4%) e o menor na RISP Metropolitana (36,8%), de maneira semelhante aos dados encontrados para a Polícia Militar.

O maior nível de desconfiança na atuação da Polícia Civil (não confia) foi encontrado na RISP Metropolitana (14,3%).

Fonte: Pesquisa de Vitimização Espírito Santo 2024. Elaboração própria.

Nível de satisfação com o preparo da POLÍCIA MILITAR (%) – RISPs e ES

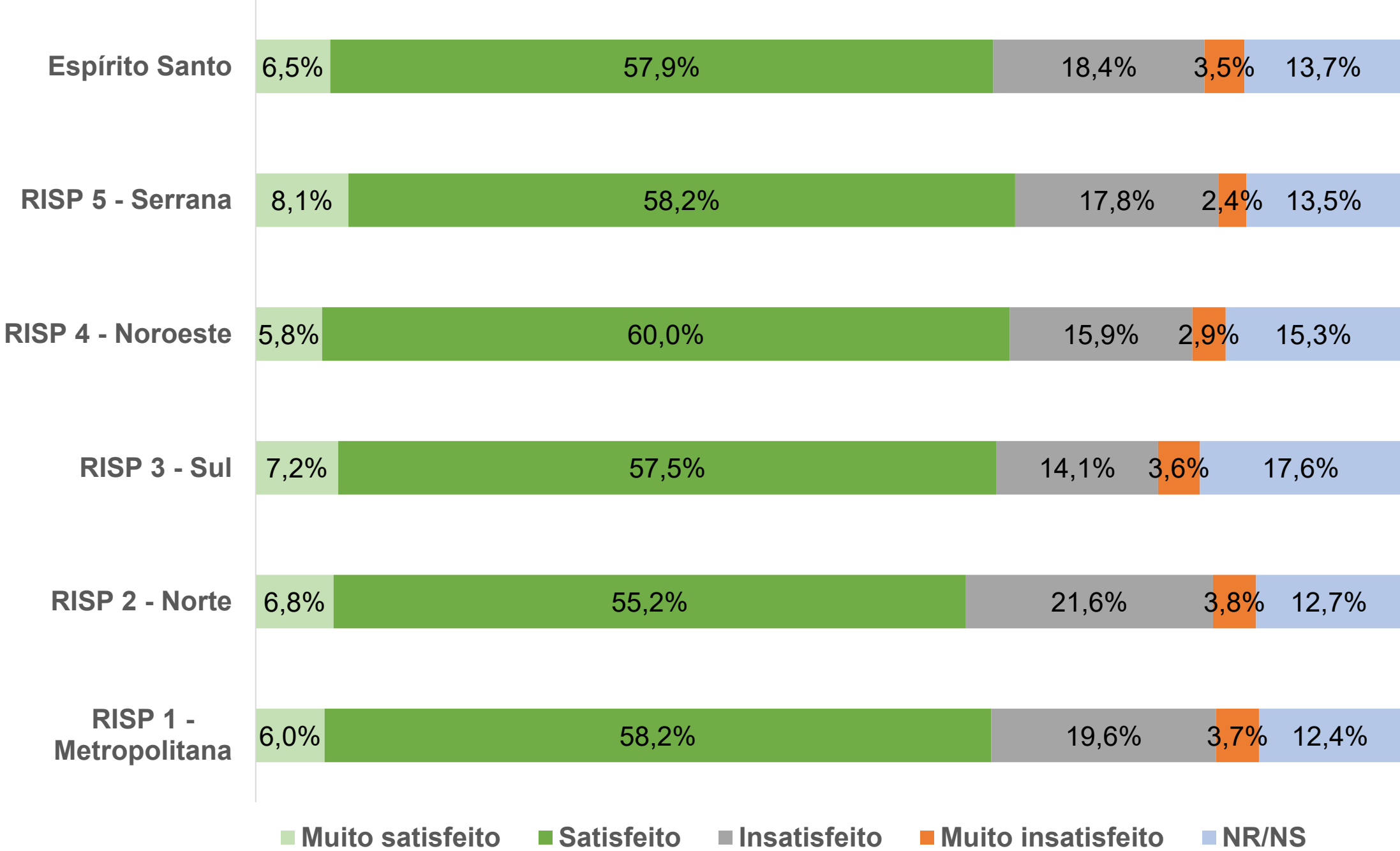


A maioria da população residente no Espírito Santo afirma estar satisfeita com o preparo da Polícia Militar.

Para o estado como um todo, o percentual de satisfação (muito satisfeito e satisfeito) atinge **66%**, enquanto o de insatisfação (insatisfeito e muito insatisfeito) é de **25,7%**.

Fonte: Pesquisa de Vitimização Espírito Santo 2024. Elaboração própria.

Nível de satisfação com o preparo da POLÍCIA CIVIL (%) – RISPs e ES

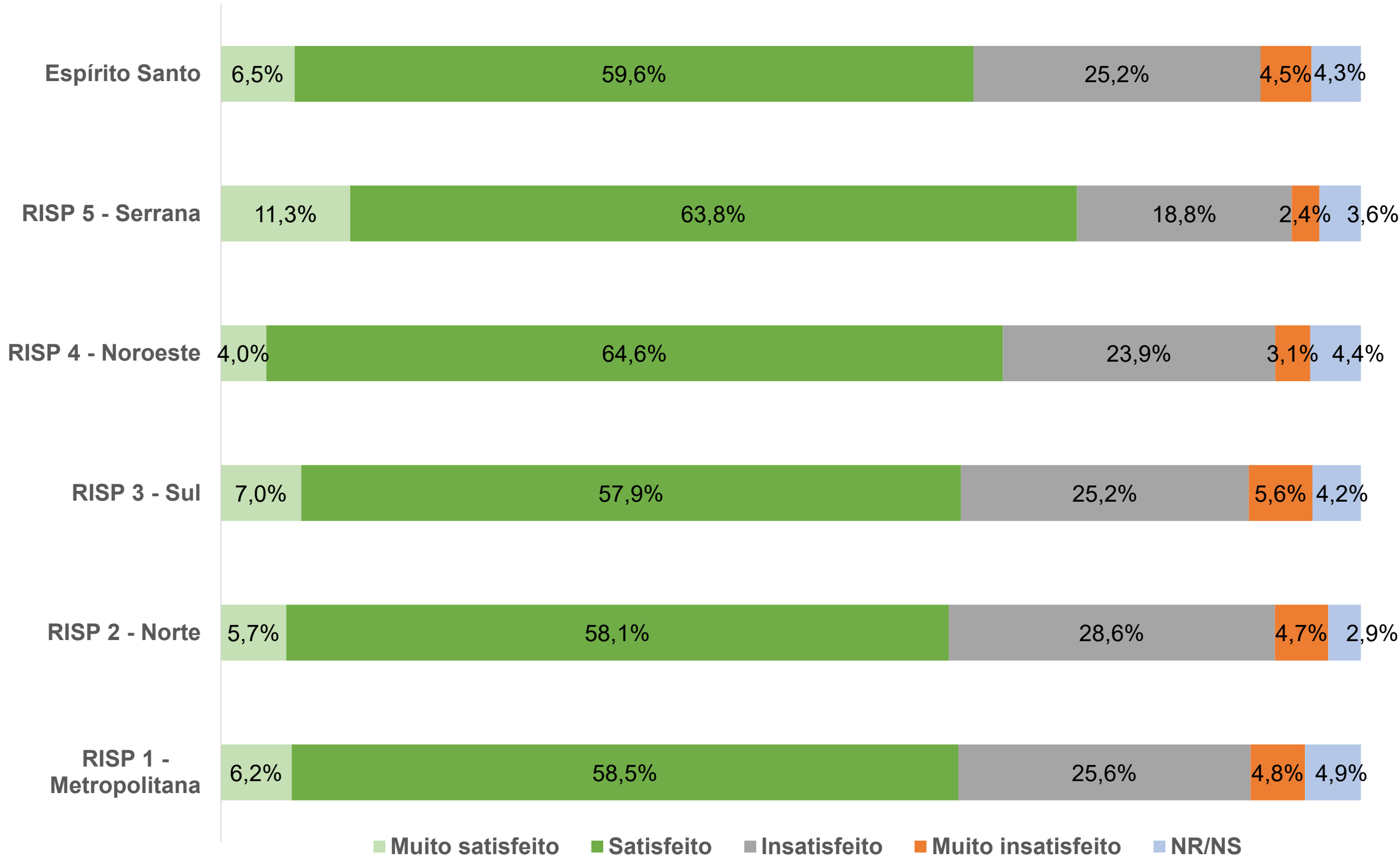


A percepção sobre o preparo da Polícia Civil no Espírito Santo apresenta um padrão de aprovação similar ao da Polícia Militar.

Aproximadamente 64,4% dos residentes avaliam positivamente a qualificação dos agentes (soma de “satisfeito” e “muito satisfeito”), ao passo que 21,9% manifestam algum grau de insatisfação.

Fonte: Pesquisa de Vitimização Espírito Santo 2024. Elaboração própria.

Nível de satisfação com a presença da POLÍCIA MILITAR nas ruas do bairro (%) – RISPs e ES

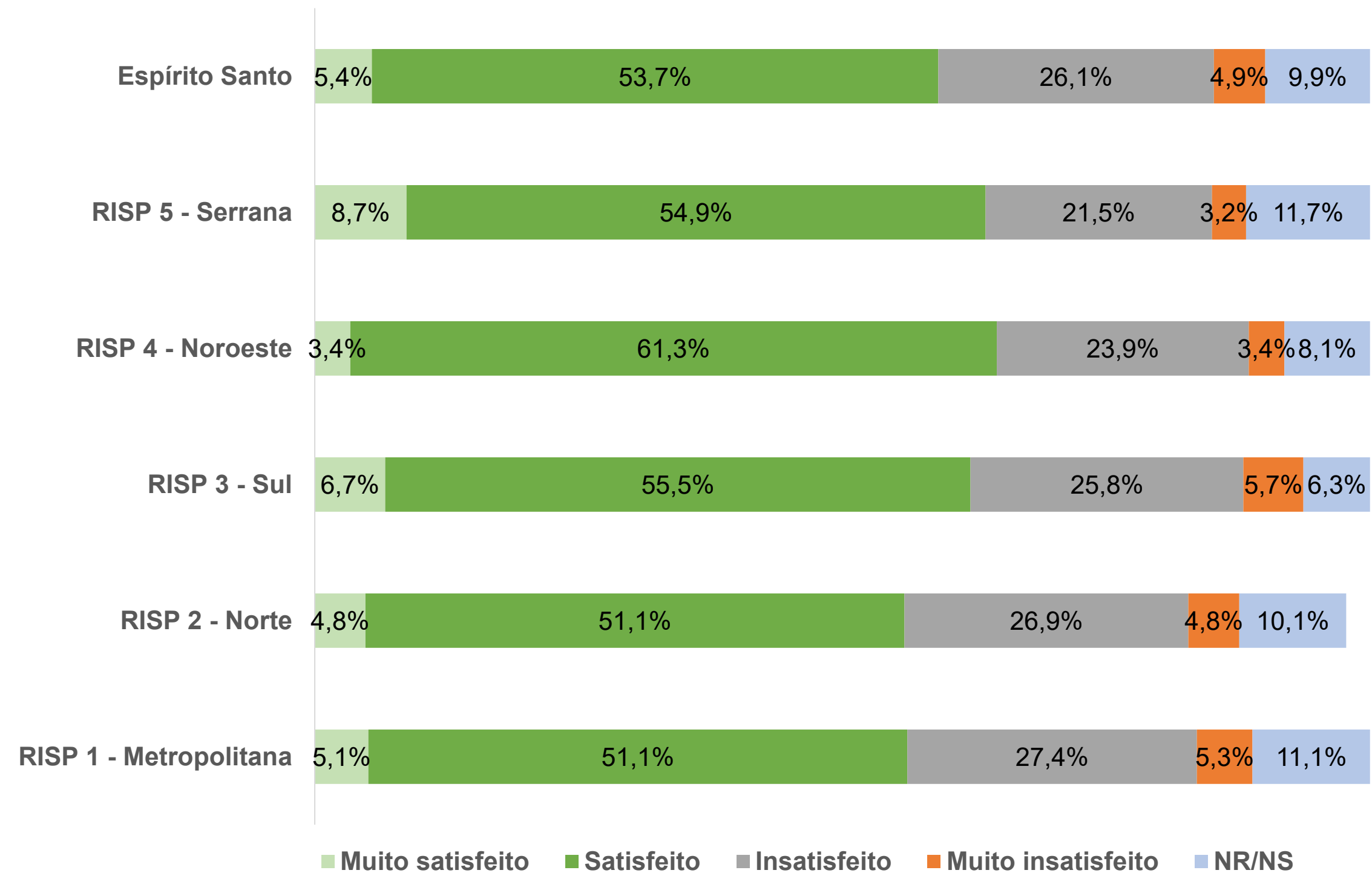


Nota-se que a maior parte da população do estado (66,1%) está satisfeita com a presença da Polícia Militar em seus locais de moradia, de modo semelhante ao verificado em relação ao preparo dos agentes.

A RISP Serrana se destaca com o maior percentual de aprovação (75,1%), enquanto a RISP Norte registra o maior percentual de insatisfação (33,3%).

Fonte: Pesquisa de Vitimização Espírito Santo 2024. Elaboração própria.

Nível de satisfação com a presença da POLÍCIA CIVIL nas ruas do bairro (%) – RISPs e ES

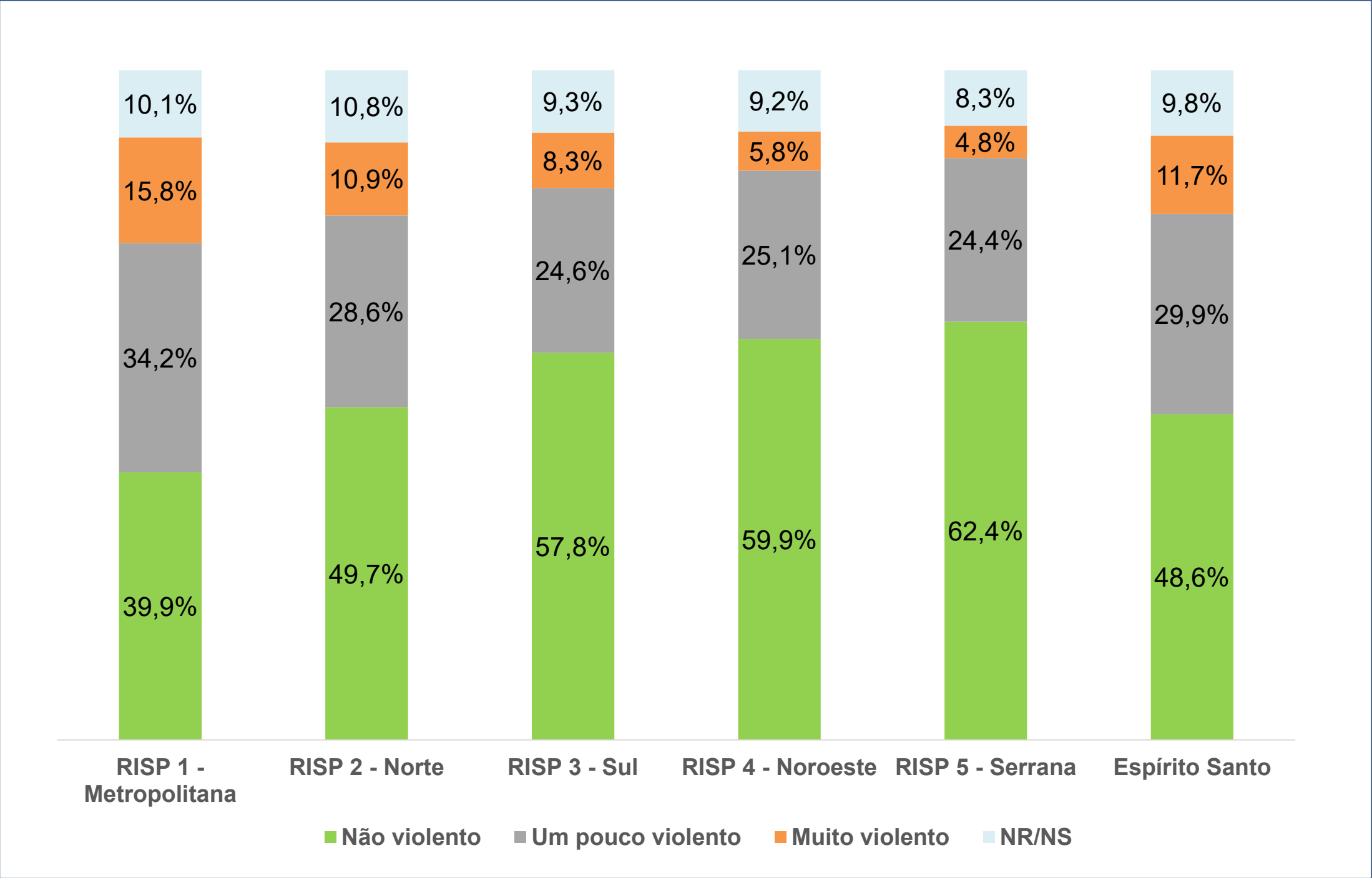


A maioria dos residentes do Espírito Santo (59,1%) avalia positivamente a presença da Polícia Civil no bairro.

Regionalmente, a RISP Noroeste apresenta o maior nível de satisfação (64,7%), enquanto as RISPs Metropolitana e Norte registram os maiores percentuais de insatisfação (32,7% e 31,7%, respectivamente).

Fonte: Pesquisa de Vitimização Espírito Santo 2024. Elaboração própria.

Percepção sobre o modo como a POLÍCIA MILITAR trata a população (%) – RISPs e ES



Considerando os dados para o estado como um todo, nota-se que a maior parte dos residentes (48,6%) considera “não violento” o modo como a Polícia Militar trata a população.

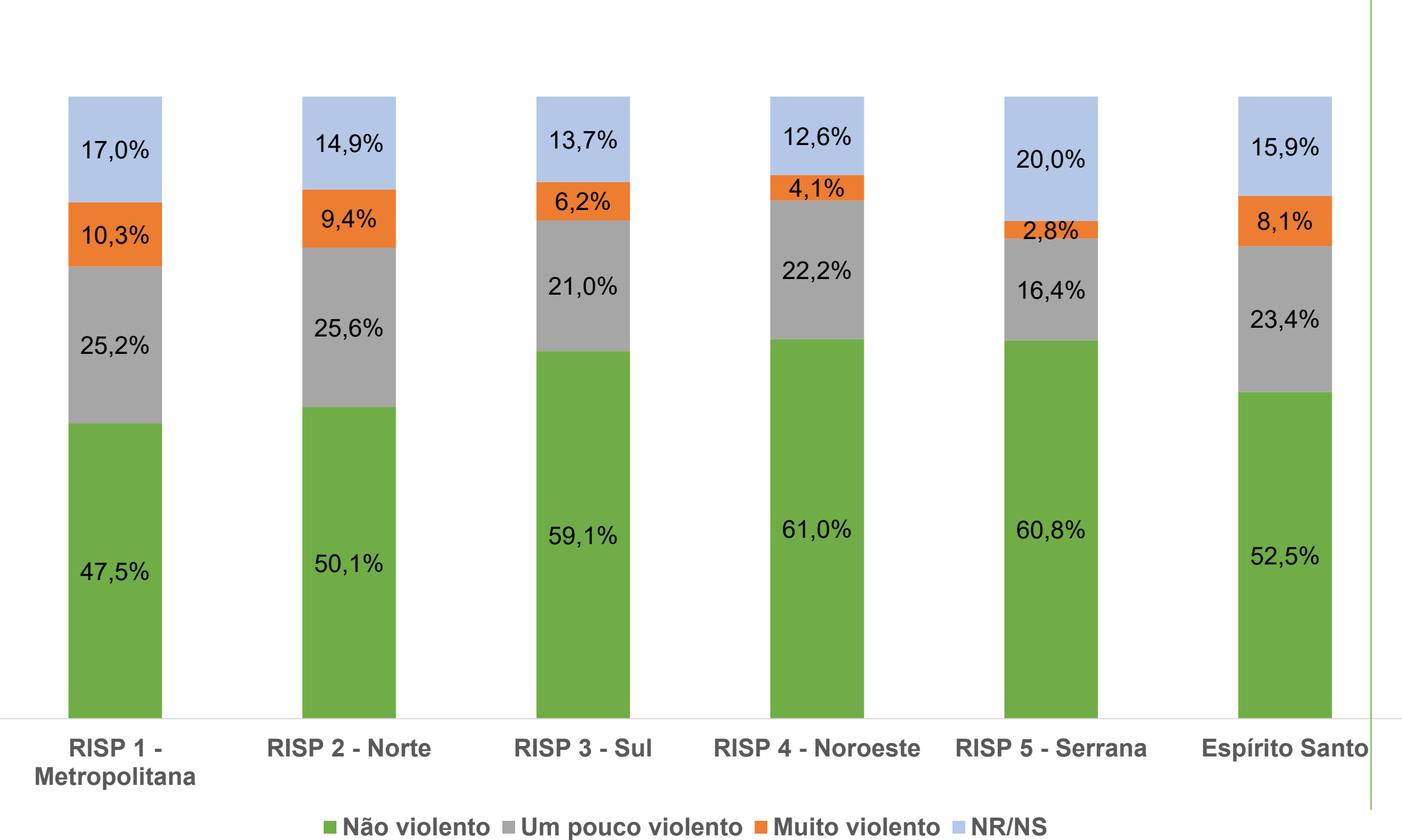
Mesmo assim, 41,6% das pessoas percebem algum grau de violência neste tratamento (soma de “um pouco” e “muito violento”).

A análise regional revela um contraste importante: enquanto na RISP Serrana a conduta “não violenta” é amplamente reconhecida (62,4%), na RISP Metropolitana esse percentual cai para 39,9%.

É na Região Metropolitana que se registra a maior percepção de violência acentuada, com 15,8% dos residentes classificando o tratamento como “muito violento”.

Fonte: Pesquisa de Vitimização Espírito Santo 2024. Elaboração própria.

Percepção sobre o modo como a POLÍCIA CIVIL trata a população (%) – RISPs e ES



Regionalmente, a RISP Noroeste registra a melhor avaliação (61% de “não violento”), enquanto a RISP Metropolitana apresenta o maior percentual de percepção de violência acentuada (10,3% de “muito violento”), embora este patamar seja inferior ao registrado para a PM na mesma região.

Fonte: Pesquisa de Vitimização Espírito Santo 2024. Elaboração própria.

Referências bibliográficas

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA - FBSP. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. Ano 7, 2013. São Paulo: FBSP, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua). **Vitimização: Sensação de Segurança 2021**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. **Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS)** / Organizador: Fábio Schiavinatto. 1ª Ed. – Brasília: Ipea, 2011.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA - MJSP. **Estudos sobre vitimização**. Coordenação geral: Anderson Jorge Lopes Brandão, Gustavo Camilo Baptista, Cíntia Liara Engel. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP/MJSP), 2017.

MOISÉS, J. A. A desconfiança nas instituições democráticas. **Opinião Pública**, Campinas, v. 11, n. 1, p. 33-63, mar. 2005.

OLIVEIRA JUNIOR, A. de. Dá para confiar nas polícias? Confiança e percepção social da polícia no Brasil. **Revista Brasileira de Segurança Pública**. São Paulo. Ano 5, Ed. 9, ago./set. 2011.

ROLIM, M. F.; HERMANN, D. Confiança nas polícias: percepção dos residentes e desafios para a gestão. **Sociologias** [Internet]. 2018, May; 20(48):188–211.

SILVA, G. F. da; BEATO, C. Confiança na polícia em Minas Gerais: o efeito da percepção de eficiência e do contato individual. **Opinião Pública**, Campinas, v. 19, n. 1, p. 118-153, jun. 2013.

TYLER, T. R. Public trust and confidence in legal authorities: what do majority and minority group members want from the law and legal institutions? **Behavioral Sciences and the Law**, n. 19, 2001.

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

José Renato Casagrande

VICE-GOVERNADORIA

Ricardo Ferraço

SECRETARIA DE ESTADO DE DIREITOS HUMANOS – SEDH

Nara Borgo Cypriano Machado

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL – SESP

Leonardo Geraldo Beata Damasceno

SECRETARIA DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO – SEP

Álvaro Rogério Duboc Fajardo

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES – IJSN

Diretor Presidente

Antônio Ricardo Freislebem da Rocha

Diretoria de Estudos e Pesquisas

Pablo Medeiros Jabor

Diretoria de Integração e Projetos Especiais

Wilton Pires Júnior

Diretoria Administrativa

Katia Cesconeto de Paula

Coordenação CES-OSC

Thiago de Carvalho Guadalupe

ELABORAÇÃO

Daniela Cristina Neves de Oliveira

Thiago de Carvalho Guadalupe

EQUIPE CES-OSC / IJSN

Daniela Cristina Neves de Oliveira

Marlon Neves Bertolani

Pedro Henrique Monteiro

Rafael de Rezende Coelho

Sandra Mara Pereira

Thiago de Carvalho Guadalupe

COLABORAÇÃO – Grupo de Trabalho

Alessandro dos Santos - SEDH

Antonio Marcos de Souza Reis - SEP

Carlos Augusto Gabriel de Souza - SESP

Leonir Evaristo Vulpi Junior - SESP

Pablo Medeiros Jabor - IJSN

Simone Patrocínio – SECOM

Thiago de Carvalho Guadalupe - IJSN

EDITORIAÇÃO

ARIN - Assessoria de Relacionamento Institucional